

Associativismo, profissões e políticas públicas
III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Sessão Temática: Gênero, associativismo e políticas de emprego e renda.

“Economia solidária e divisão sexual do trabalho: uma abordagem introdutória sobre a autonomia subjetiva e econômica de mulheres cooperadas”

Dione Antonio de Carvalho de S. Santibanez

Gabriela Miguel Fraga

RESUMO:

As atuais transformações no mundo do trabalho desencadearam o aumento do desemprego e o acréscimo de cooperativas, associações e grupos informais enquanto espaços alternativos para a geração de trabalho e renda. Sendo que vários desses empreendimentos propuseram-se a articularem-se sob formatos coletivos de organização e gestão do trabalho, compondo as chamadas organizações de Economia Solidária. A Economia Solidária apresenta em amplo conjunto, problemáticas relacionadas às questões de gênero, já que majoritariamente esses empreendimentos são formados por mulheres (GUÉRIN, 2005). Emergem daí, questões como as divisões sexuais no processo de trabalho e mudanças socioculturais no cotidiano de mulheres. O que nos leva a questionar a cerca da autonomia e realização das mulheres. Seria a Economia Solidária uma proposta viável para busca de emancipação da mulher e das relações humanas?

Para aproximarmos de algumas respostas recorreremos às elaborações marxianas entorno da categoria trabalho. Com base em bibliografias feministas, refletiremos sobre a atuação de mulheres na Economia Solidária. Compreendendo as possibilidades de superação das condições de desigualdades e segregações ligadas às relações sociais de sexo. E traremos autores que discutam ela enquanto alternativa à organização social capitalista e às relações de sujeição que tem suas bases fortalecidas pelo capital.

PALAVRAS-CHAVES: economia solidária, divisão sexual do trabalho, autonomia.

Economia solidária e divisão sexual do trabalho: uma abordagem introdutória sobre a autonomia subjetiva e econômica de mulheres cooperadas

A participação das mulheres nas relações de trabalho se deu, historicamente, através do trabalho não assalariado, mais especificamente, no trabalho doméstico e familiar; enquanto os homens, por sua vez, ocupavam posições de “provedores do lar”. A inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá não somente devido às lutas feministas por conquistas de ocupação de mais espaços, mas principalmente por um contexto econômico de expansão industrial e urbana. No entanto, essa participação se deu em condições desiguais comparada ao trabalho masculino: ocupações menos valorizadas, mal remuneradas, de jornadas parciais e realizadas muitas vezes no próprio domicílio.

As segregações nas relações de trabalho capitalista reservaram às mulheres empregos mais precarizados, em tempo parcial e, por várias vezes, informais, sem cobertura de direitos trabalhistas. As atividades profissionais das mulheres são geralmente projeções dos trabalhos executados na esfera doméstica (professoras, enfermeiras, costureiras, cozinheiras, secretárias, telefonistas, babás, “diaristas”), ou ainda, são vistas como complementares às responsabilidades domésticas femininas. Esses são contextos sociais que corroboram para concretizar e retroalimentar uma cultura patriarcal e sexista.

Pra compreendermos melhor o aumento do número de mulheres em exercício de trabalhos remunerados devemos retomar ações políticas e econômicas referentes ao início da década de 1970, pois é nesse período que se inicia a implantação de um projeto neoliberal. O qual consolida-se em nosso país na década de 1990, através da aplicação de ajustes econômicos, privatizações de estatais e de serviços públicos, de cortes nos gastos sociais (como com saúde, escolas e creches de qualidade, etc), de demissões de servidores públicos e de transferência de renda e patrimônio público para o setor privado (ANDERSON, 1995). Essa precarização das assistências estatais faz com que as mulheres, responsáveis pelas necessidades cotidianas da família, assumam também tarefas comumente executadas pelo Estado. Sendo assim, o a exploração do trabalho feminino, seja na esfera doméstica ou no trabalho profissional, se destaca como bastante interessante para a classe capitalista (proprietários e controladores dos meios de produção) por proporcionar incrementos nos lucros do capital.

Frente a essas situações, cabem questionamentos a cerca da autonomia e realização das mulheres. Há alternativas ou soluções para se alcançar um trabalho igualitário que possibilite um desenvolvimento pleno dessas trabalhadoras? Seria a Economia Solidária uma proposta viável para busca de emancipação da mulher e das relações humanas como todo?

Para aproximarmos de algumas respostas, como apoio metodológico teórico recorreremos às elaborações marxianas entorno da categoria trabalho. Refletiremos também através de bibliografias feministas, algumas específicas sobre a atuação de mulheres na Economia Solidária, e que nos guiarão à compreensão das possibilidades de superação das condições de desigualdades e segregações ligadas às relações sociais de sexo. Apontaremos as conceituações e os princípios da Economia Solidária que motivam a construção de um modo de vida emancipado, e traremos autores que discutam ela enquanto alternativa à organização social capitalista e às relações de sujeição que tem suas bases fortalecidas pelo capital.

Sendo assim, nesse trabalho propomos questionamentos que surgem como desafios sociológicos para melhor compreensão da realidade da Economia Solidária. Investigaremos as possibilidades de autonomia econômica e subjetiva das mulheres que participam de empreendimentos solidários. Tentaremos compreender se essa alternativa de sobrevivência

proporciona condições mais igualitárias que possibilitem a realização plena das trabalhadoras, e se o princípio educativo existente no trabalho cooperativo proporciona condições de superação das situações de desigualdade e hierarquizações sexuais, não só nas instâncias de trabalho cooperado como também nos ambientes externos às relações de trabalho autogerido.

Hierarquias sexuais e relações de trabalho

As diferenciações sociais entre homens e mulheres são baseadas em subjetividades, normas e símbolos vivenciados em nossa sociedade. Além disso, forjam-se também sobre uma base material, que são as práticas de organização e composição de nossa sociedade, práticas utilizadas para produzirmos e reproduzirmos nossos meios de vida. Ou seja, as relações sociais entre os sexos são baseadas em representações sociais e em práticas de divisão sexual do trabalho.

As condições de exploração e opressão das mulheres são expressas no controle da sexualidade feminina e evidenciadas pela enorme quantidade de trabalho efetuada gratuitamente por elas. Um trabalho invisível que é realizado não para elas mesmas, mas para os outros, em nome do dever familiar, maternal, em nome da “natureza” feminina e da dedicação amorosa.

De acordo com revisão conceitual proposta por Helena Hirata e Danièle Kergoat, a divisão sexual do trabalho

(...) é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

As autoras prosseguem dizendo sobre as especificidades que circundam essa prática social, explicam que essa divisão funda-se em dois princípios, um princípio de separação e um princípio de hierarquização. O primeiro caracteriza a distinção entre trabalhos para homens e trabalhos para mulheres. E o segundo princípio trata-se do valor social do sujeito que executa a atividade, ou seja, um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher; assim como um trabalho de um homem branco que exerce atividade de gerência “vale” mais do que o trabalho de um negro que exerce a tarefa de operário.

O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais, se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis. Há o aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes, assim, percebe-se que as mudanças relacionadas à empregabilidade feminina representa novas oportunidades, mas também novos riscos para as mulheres trabalhadoras.

As construções dos papéis profissionais designados a cada sexo e segregações do mundo do trabalho podem ser melhores ilustradas quando recorremos aos dados do IBGE (2005) sobre empregabilidade nas grandes regiões metropolitanas brasileiras:

Tabela 1: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo. – Brasil, 2005.

Sexo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência								
	Total	Posição na Ocupação do trabalho principal							
		Empregados	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadoras	Não Remunerados	Trabalhadores na produção para o consumo próprio	Trabalhadores na construção para o próprio uso	Sem declaração
TOTAL	87 089 976	47 985 988	6 658 627	18 831 511	3 683 355	5 913 903	3 894 016	122 576	-
HOMENS	50 436 228	30 445 871	452 425	12 880 631	2 713 703	2 603 784	1 234 525	105 289	-
MULHERES	36 653 748	17 540 117	6 206 202	5 950 880	969 652	3 310 119	2 659 491	17 287	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2005.

A alta concentração de mulheres em trabalhos domésticos, em situação de empregada (e não de empregadora ou dona do próprio negócio) e em trabalhos não remunerados, reforça as situações pouco favoráveis vivenciadas por esses sujeitos. Vale destacar que, comumente, a mulher não executa só um trabalho remunerado, como também ainda cuida do processo de reposição da força de trabalho, isto é, cuida do marido, dos filhos, da família proletária que é explorada pela classe capitalista. Para que se avance na busca de soluções em como construir condições mais igualitárias, coerentemente deve-se compreender o que é trabalho, e se no exercício dele há possibilidades de articulações emancipadoras. Ou seja, recorreremos à análise dessa categoria para entender se é possível conduzir a produção, a organização e as relações em nosso cotidiano de forma que as trabalhadoras e trabalhadores realizem-se plenamente.

Segundo Marx e Engels (ANTUNES, 2004) o trabalho é fundamental à vida humana porque é condição básica para nossa existência. É nas realizações diárias, através do trabalho que o ser humano se distingue dos outros seres vivos, pois nesse processo ele age de forma consciente moldando o meio em que vive para atingir suas necessidades.

A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 11)

São as transformações no mundo do trabalho que despojaram os homens de seus meios de vida, constituindo-se assim a necessidade de se vender a força de trabalho para sobreviver. Ao longo da história essas transformações se aprofundaram tomando formato de uma produção em que se seguia modelos de organização, produção e gestão do trabalho em que a idéia central é elaborar sistemas racionais em que deve-se operar da forma mais eficiente possível, característica essa que intensificou e explorou cada vez mais a classe trabalhadora. As mudanças econômicas e políticas mais recentes trouxeram novas tecnologia, que ao mesmo tempo em que modernizaram o processo produtivo, extinguíram diversos postos de trabalho, o que contribui para o acréscimo do desemprego. Paralelamente expandiu-se uma “subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’” (ANTUNES, 2008).

Sendo assim, o que deveria constituir a finalidade básica da existência social, a realização através do trabalho, é “entorpecido”: a força de trabalho torna-se uma mercadoria que tem a finalidade apenas de produzir outras mercadorias. O caminho de realização humana

passa a ser apenas uma forma de subsistência precária.

Essas transformações no mundo do trabalho são tão profundas que repercutem não só em questões materiais como também nas representações e subjetividades dos trabalhadores. A percepção desse fato nos leva a retomar Marx em a Ideologia Alemã quando ele nos define modo de vida:

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* eles produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (1998, p.11)

Assim, percebe-se que a maneira que os trabalhadores têm manifestado seu modo de vida tem sido alienada e limitada. As condições de produção da mercadoria envolvem a divisão e a hierarquização do trabalho dos indivíduos. A divisão social do trabalho (inclusive sexual) não só potencializa a capacidade produtiva, como também limita o trabalhador a tarefas cada vez mais parcializadas. A necessidade de buscar soluções para essas situações de subjugação humana torna-se cada vez mais emergenciais, a fim de garantir condições dignas de (sobre)vivência. Frente a esse contexto, tentar vislumbrar possibilidades para o exercício prático de alternativas de trabalho que tenham como princípio regente a socialização e a cooperação pela busca de um trabalho criativo, que dê condições para produzir e manifestar as propriedades humanas com dignidade, superando a compra e venda de trabalho. Ou seja, tentaremos retomar o sentido cooperativo e autogestionário do trabalho, que pretende inverter essa lógica de expropriação e exploração.

É preciso entender, como afirma Singer (2002), que as desigualdades não devem ser naturalizadas, pois elas resultam da forma como organizamos nossas atividades econômicas. As mulheres imersas nessas divisões sociais e milenarmente sofrendo as conseqüências das segregações sociais deve seguir lutando por condições de trabalho e de vida mais autônomas. Devem buscar vivenciar atividades que revalorizem suas posições sociais e reconstrua a visão social sobre o feminino. Assim, faz-se necessário discutir o trabalho em seu formato emancipador, o qual compreende a participação coletiva, criativa, inclusiva e autônoma dos sujeitos.

A seguir, partiremos para a investigação de ações realizadas atualmente que seguem esses objetivos de superação anteriormente citados. Investigaremos sobre as experiências de Economia Solidária que propõe realizar outros moldes de trabalho e vivência, em que homens e mulheres exerçam o trabalho em suas múltiplas dimensões.

A economia solidária e suas potencialidades educativas

Atualmente o cooperativismo apresenta significativo crescimento. Nos diversos setores da economia surgem iniciativas de trabalho associado. Os mais variados grupos se articulam e formam empreendimentos solidários de produção econômica. Segmentos da sociedade que encontram-se em situação vulnerabilidade social, desempregados, pessoas sem qualificação profissional estão entre as camadas sociais que compõe essas associações. Esse

tipo de iniciativa cresceu com a precarização das relações de trabalho desencadeada nas últimas décadas. Assim, é expressiva gama de pessoas que tem se articulado para formar cooperativas.

No Brasil, assiste-se desde a década de 1990 o crescimento destas iniciativas sociais, que tem por objetivo a construção de alternativas para geração de renda. Temos como exemplo o surgimento de organizações como a OCB (Organização das cooperativas do Brasil), a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), a UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos solidários), a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária). Na esfera estatal, foi criada a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa articulação institucional, evidencia o crescimento significativo, não só em número, mas em importância, do cooperativismo e associativismo nas relações sociais de determinados segmentos de trabalhadores.

O atual desenvolvimento desses grupos tem relação direta com capitalismo contemporâneo. É a partir da busca de alternativas ao modelo econômico vigente que as cooperativas populares são formadas. A necessidade de procurar estas iniciativas é resultado do caráter excludente e marginalizador do sistema capitalista. O processo de reestruturação produtiva das relações político-econômicas, iniciado na década de 1970, acelerou o ritmo de precarização da condição de vida das classes sociais assalariadas. Grupos inseridos nessa realidade buscaram alternativas para produzir economicamente, para produzir identidades e sociabilidades positivas reconhecidas pela sociedade.

Mas antes de nos aprofundarmos na busca por respostas sobre os empreendimentos de Economia Solidária destacarem-se ou não enquanto favorecedores da construção de um reconhecimento do trabalho das mulheres, faz-se mister entendermos com clareza o que são exatamente essas organizações solidárias.

Adriana de Oliveira (2005) destaca que a Economia Solidária abrange várias iniciativas: cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou co-gestionárias, e é mediada por valores de cooperação, democracia e autogestão. Diz ainda que essas iniciativas solidárias podem estabelecer-se com diferentes estatutos jurídicos: cooperativas, associações, empresa limitada por cotas. Abrangem vários segmentos: produção, serviços, consumo, crédito habitacional, entres outros. Considera também Economia Solidária os clubes de troca e os de poupança. Singer (2002) considera a Economia Solidária como um outro modo de produção, que tem como princípios a propriedade coletiva ou a associação do capital e o direito à liberdade individual. Esses princípios, segundo o autor, unificam todos em uma única classe de trabalhadores e desencadeiam a solidariedade, a igualdade, e a participação democrática. Quando seguidos, esse conjunto de fatores faz com que os associados sejam mais conscientes, realizados e seguros. Segundo Jaqueline de Oliveira (2010) a economia solidária pode ser compreendida como um conjunto de iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas, tratar-se-ia de um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção e comercialização organizadas em torno de oito princípios fundamentais: a autogestão, a democracia, a participação, o igualitarismo, a cooperação, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano e a responsabilidade social (Gaiger apud Oliveira 2010). Esta estruturação permite um desenvolvimento não só com resultados econômicos satisfatórios, mas potencializa a ocorrência de transformações políticas, culturais e identitárias, que são compartilhadas pelos participantes dos grupos solidários.

Os princípios da Economia Solidária são também delimitados pela I Conferência Nacional de Economia Solidária, e reafirmados pela Secretaria Nacional de Economia

Solidária, através de documento base que afirma que alguns dos valores que deveriam nortear as experiências de Economia Solidária são: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização de diversidades, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção, cuidado com a preservação do meio ambiente, autoajuda, igualdade e solidariedade (GOERCK, 2009).

A Economia Solidária tenta forjar-se, portanto, enquanto uma alternativa às organizações sociais e econômicas capitalistas, e assim, pretende-se constituir como uma atividade revolucionária ao inverter a lógica em que o homem é o objeto e o capital é o sujeito. Nesses espaços, tenta-se praticar a autogestão enquanto atitude crítica frente ao modelo hegemônico, e através dela, idealiza-se formar sujeitos que reavaliem os valores sociais vigentes. Objetiva-se ter como base das relações a coletividade, rompendo com o centralismo das organizações sociais e produtivas, assumindo os sujeitos a responsabilidade sobre suas atividades sem intermediários. Através da autogestão os aprendizados são socializados, decide-se coletivamente, independente de ser homem ou mulher, de ter ou não formação escolar, independente da etnia, da cor ou quaisquer elementos sociais identitários.

Sabe-se que a Economia Solidária são formas de organizações fundadas em um sistema permeado por tensões e contradições. Com isto, algumas perspectivas (CABRAL, 2005) que analisam essas organizações, compreendem que elas são instrumentos que exploram as possibilidades humanas, ou seja, são instrumentos de formação humana para se “subverter o esperado e o anunciado”. Ainda segundo a autora, esses grupos solidários tornam-se um ícone de “desordem pedagógica, visto que sua efetivação está imbricada numa nova forma de ser do humano”.

No tópico anterior pudemos perceber quão arraigadas são as divisões sexuais presentes nas relações sociais, que arrastam-se e aprofundam-se nos mais diversos âmbitos de convivência. Quando nos defrontamos com organizações que propõem a superação da degradação do humano através da cooperação, surgem os questionamentos: as condições atuais seriam suficientes para as novas articulações do humano? Através das organizações de Economia Solidária é possível alcançar na prática relações igualitárias entre homens e mulheres, não reproduzindo a histórica divisão sexual do trabalho e nem ações segregadoras encobertas por discursos igualitários? Através dessas mudanças as mulheres do trabalho solidário tem tido condições de atingir uma realização subjetiva e uma autonomia econômica? E indo mais além, esse processo de reeducação e revisão dos valores sociais teriam capacidade de influenciar a atingir as estruturas externas às organizações solidárias?

Para avaliar melhor as discussões em aberto, traremos algumas visões introdutórias de uma pesquisa com cooperativas de mulheres em Goiás. As representações cotidianas dessas mulheres, a participação delas nos empreendimentos solidários e outros elementos observados durante os levantamentos de dados da investigação, constituem os objetos de reflexão seguintes.

A participação de mulheres cooperadas na Economia Solidária goiana

No presente tópico objetivamos resgatar dados iniciais da pesquisa *Cooperativas Populares de Mulheres em Goiás: Diagnóstico, Capacitação e Incentivos Públicos Federais*¹.

¹ A autora deste artigo, Gabriela Miguel Fraga é pesquisadora estagiária desse projeto, sendo coordenada pela professora Dr. Telma Ferreira Nascimento da Universidade Federal de Goiás. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG. E o autor Dione Antonio Santibanez participa dessa discussão enquanto parceiro contribuinte nas discussões teóricas pertinentes.

Vale destacar que esta é uma investigação que se encontra em estágio de desenvolvimento, e até o momento realizou-se entrevistas e aplicação de questionários com mulheres cooperadas de todo o estado, que tinham suas organizações cadastradas no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados dos questionários ainda estão em processo de tabulação, por tanto, espera-se viabilizar uma discussão baseada em resultados prévios das verificações empíricas.

Observando um pouco da dinâmica dos empreendimentos solidários contactados, e questionando as cooperadas, percebeu-se que várias das mulheres eram mães, muitas vezes solteiras, e que apresentavam grande responsabilidade sobre o cuidado dos familiares. Muitas delas, semi-analfabetas, tinham em seu histórico de vida a persistente problemática do desemprego e trabalho informal como integrante de seu cotidiano.

Na organização das cooperativas e associações, presenciamos a recorrência de participantes com maior grau de escolaridade em atividades de liderança. São também essas mulheres que apresentam maior clareza e compreensão do que se trata a economia solidária e como ela tem se articulado:

“ a economia solidaria nós dizemos que é o caminho que tá assim... dando o norte pra nós, agricultores. Não só agricultores como grupos urbanos e da zona rural, porque ela vem discutir a realidade e a necessidade nossa, tá? De questão de produção, de autogestão. (...) A economia solidária vem tá discutindo, né? Tá tornando uma política pública agora, e agente tá participando. A burocracia é muito grande para os grupos, se for analisar. E ela tá vendo esse caminho agora. De quê? Não é que vai burocratizar, mas pelo menos tá lutando pra dá um caminho mais fácil.” (Luzia Luzinete, presidente da Coopercoisas – empreendimento de produção de farinha, temperos, mel, hortifrutis e artesanato de buriti – Iporá – GO)

É recorrente, nesses mesmos espaços apresentarem dificuldades em realizar uma rotatividade dos cargos e funções (como tesoureiro, presidente, conselheiros). A baixa escolaridade das pessoas que participam da Economia Solidária apresenta-se como um complicador, pois a Economia Solidária pressupõe que o empreendimento tenha capacidade de autogestionar suas atividades, o que pressupõe leitura, capacidade de interpretar os números, habilidade cognitiva, elementos importantes para o empreendimento e para as pessoas. E, na medida em que falta este nível de escolaridade e esta habilidade, somente a vivência das pessoas não é suficiente para dar conta daquele processo todo. A predominância das dificuldades com leituras e burocracias administrativas traz inseguranças às participantes e instabilidades na continuidade do empreendimento.

E comum também ver as mulheres cooperadas e associadas se esbarrarem com dificuldades em equilibrarem o tempo para produzir com o tempo de cuidado com a família, a cooperativa, muitas vezes, se apresenta em segundo plano. Ou seja, temos a manifestação da problemática da dupla jornada. Ao que parece, para elas é difícil convencer os familiares da relevância do trabalho, visto que os efeitos positivos ficam nítidos muito mais para a trabalhadora do que para eles. Elas relacionam a atividade de geração de renda (na maioria das vezes pouca renda) a uma terapia para dividir questões subjetivas, esse trabalho é também um tempo em que se investe “*para ficar junto e conversar; ter amizades*”. Em entrevistas também aparecem aquelas que falam que é na relação de cooperação que vão aprendendo a repartir entre todas. O compartilhar de tarefas, rendimentos e sobras se estendem para o compartilhamento de histórias, dificuldades cotidianas e saberes.

A convivência é um ponto muito valorizado, mas nem sempre consegue fazer com que as questões econômicas sejam relativizadas. A rotatividade de participantes efetivas nos grupos é um exemplo de como o econômico ora ou outra acaba sendo mais determinante do

que o subjetivo, pois segundo elas, muitas não permanecem por encontrarem trabalho com carteira assinada, ou por não acharem os ganhos suficientes para suprir suas necessidades. E ainda se esbarram na problemática de cumprir com as obrigações domésticas, encontram pouco tempo para produzir e cumprir os afazeres femininos, com isso, acabam abandonando o empreendimento solidário. O trabalho cooperado fica em segundo plano, o rendimento do trabalho cooperado para a família também parece entrar em segundo plano pela fragilidade e inconstância das sobras. É um dinheiro com o qual se conta, mas geralmente não é muito e nem advindo de um trabalho assegurado de direitos trabalhistas. Assim, quando encontram atividades com carteira assinada ou com maiores rendimentos, abandonam a cooperativa. Com isso, há motivos concretos para uma hierarquização das outras atividades em detrimento da cooperativa, e uma maior aceitação da família à ‘carteira assinada’.

As mulheres que persistem nas atividades partilham conhecimentos e através dessas experiências, apesar do desalento em ter que se lutar com empobrecimento constantemente, tentam construir espaços de trabalho e convivência em que procuram efetuar uma outra racionalidade econômica. No entanto, a todo instante, vivenciam os conflitos de se tentar articular um trabalho coletivo cooperado em uma sociedade com estruturas capitalistas. As contradições e impossibilidades se apresentam justamente na tentativa de reeducar para uma “cultura” da autogestão. Utilizando-se de elementos do trabalho cooperado para vencer práticas sociais que persistem não só nesse espaço de vivência, mas consolidam-se em diversas instâncias das relações humanas.

Considerações parciais

A busca pelas práticas transformadoras das relações de desumanas (sejam elas sexuais, raciais, geracionais) tem como primeiro elemento a construção de uma consciência social crítica. É através da percepção dos conflitos e seus malefícios que temos condições de começar a construir relações diferenciadas.

Como nos esclarece Frigotto, é comum que se reduzam a dimensão educativa do trabalho à sua função instrumental didático-pedagógica, aprender fazendo. Esse autor nos diz que Marx explica que

“o processo educativo do trabalho não se reduz à dimensão instrumental, não é seu fundamento. Sua possibilidade educativa transcende toda a caracterização didático-pedagógica, seja como objetivo meramente profissional, seja como função didática, como instrumento de aquisição e comprovação das noções teóricas ou com fins morais de educação do caráter e de formação de uma atitude de respeito para com o trabalho ou para quem trabalha, para se identificar com a própria essência do homem” (2005, p. 2).

Atividade prática, o trabalho, é apenas ponto de partida do conhecimento, da conscientização para relações emancipadoras.

Além disso, a autogestão democrática e cooperada, e a valorização do humano dificilmente serão alcançados apenas transformando os moldes de gestão, participação e colaboração. Essa perspectiva pode estar reduzindo a prática autogestionária a alguns espaços, enquanto todas as relações exteriores a eles continuam sendo baseados em hierarquias capitalistas. Não há alterações radicais da situação, ou seja, na raiz das relações sociais, pois o mercado permanece. As relações de troca solidárias são no máximo paralelas ao exercício do mercado capitalista, não tendo condições de superá-lo, ou influenciar na formação valorativa

dos sujeitos com mais força do que o capital. A própria organização do capital impede que se aglutinem uma quantidade maior de trabalhadores nas relações solidárias. Como nos diz Viana (2008) não basta criar uma situação revolucionária, é preciso criar condições múltiplas e profundas, que sejam favoráveis para ação diferenciada dos trabalhadores.

No entanto, mesmo não sendo possível a superação real das divisões sexuais do trabalho e todas outras segregações de gênero, através do processo educativo do cooperativismo, não podemos deixar de reconhecer as conseqüências positivas das ações de Economia Solidária na vida das mulheres.

A tentativa de buscarem controlar assuntos de suas próprias vida e questões de seu interesse, tomando consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir seus destinos, ou seja, o exercício da construção da autonomia em seu trabalho e em múltiplas instâncias da vida é um passo inicial para se alcançar a superação de situação tão complexa. É um desafio continuamente empenhar-se na busca de um empoderamento por parte das trabalhadoras, faz-se necessário colocar na pauta nas discussões dessas cooperativas e organizações solidárias, as reflexões sobre o individualismo e hierarquias que as mulheres e homens estão reproduzindo e requer serem questionados. Para que assim, seja possível aprender os primeiros passos de formação de uma consciência crítica que abra caminhos às práticas diferenciadas, e obrigatoriamente construídas coletivamente.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. Balanco do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; BORON, Atilio. **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Adeus ao trabalho?** 13a. edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, v.26, 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/brasil/tabb_r4_19.pdf.

CABRAL, S. M. Economia solidária: um processo educativo. **Revista do ICHLA**, Praksis, Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

CONFERÊNCIA Nacional de Economia Solidária. Documento Base. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento** In: Cadernos Unijuí, 2006

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005, p.63-71. Disponível em:

http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/14/Trabalho_principio_educ.doc.
Acesso em 15 de agosto de 2010.

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 407 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.** [online]. 2007, vol.37, n.132, pp. 595-609.

MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na Economia Solidária. **Revista Gênero**, Niterói, v.5, n.2, p. 157-177, 1. sem. 2005

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. **Economia Solidária: relações de trabalho emergentes e a configuração de novas identidades**. Goiânia: UFG, 2010. 136 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIANA, Nildo. **Manifesto autogestionário**. Rio de Janeiro: Achimaé, 2008